

CONGRESSO SESI ODS 2016

MOSTRA DE PROJETOS

Área temática que se enquadra a prática: Paz- Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas

Nome da prática: Programa de Inclusão Digital e Cidadania Roberto Dala Barba

Histórico e justificativa da prática: O projeto de inclusão digital foi idealizado em 2005, ocasião na qual foi promovido pelo Serviço de Assistência Social deste Tribunal. Naquela época, o curso foi intitulado “Cidadania e Informática”, destinado aos prestadores de serviços terceirizados e seus dependentes. Na primeira edição, foram matriculados 11 alunos. Todas as aulas do curso, desde o início, são ministradas por servidores voluntários, aproveitando-se o espaço de treinamento da área de informática do TRT-PR. No biênio 2007/2008, este projeto foi desativado, com base em entendimento da administração à época. Em 2009, o projeto foi reativado pela Comissão de Responsabilidade Socioeconômica e Ambiental em homenagem póstuma àquele que tanto acreditou na informatização da Justiça do Trabalho, passando a denominá-lo de “Projeto de Inclusão Digital Roberto Dala Barba”. Nos mesmos moldes da turma anterior, o projeto inovou em relação ao público-alvo, passando a beneficiar os adolescentes que participavam das aulas de contraturno do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), do município de Almirante Tamandaré. As aulas ocorreram na sala de treinamento que ficava situada no 11º andar do prédio anexo administrativo, onde estavam instalados 14 computadores, além de material de suporte para realização das aulas (multimídia, tela de projeção, quadro branco e canetas). Contudo, durante aquele curso, o projetor foi enviado para Ponta Grossa e demorou a retornar, prejudicando o bom andamento das aulas. Em 2010, o curso foi ministrado em 2 semestres, sendo que no 1º semestre ministrou-se somente conteúdo de informática, e no 2º semestre, conteúdo complementar de informática (reforço) e aulas com temas de cidadania (o que é a Justiça do Trabalho; direitos e deveres dos trabalhadores; a função dos Sindicatos; segurança no trabalho; trabalhador saudável; trabalho decente; erradicação do trabalho escravo e infantil; ergonomia e gestão ambiental). As aulas ocorreram na sala de treinamento de informática da Escola Judicial, na Vicente Machado 147. Desta forma, tem-se início o Programa de Inclusão Digital e de Cidadania Roberto Dala Barba. Cabe salientar que os alunos eram transportados do município de Almirante Tamandaré por ônibus cedido pela prefeitura daquele município e muitos deles chegavam ao local de treinamento sem terem recebido alimento matinal (café da manhã). Assim, buscou-se angariar junto aos servidores voluntários latas de leite em pó, achocolatado e biscoitos para serem servidos antes do início das aulas aos alunos. Já no segundo semestre, houve autorização da administração do TRT-PR para que fossem fornecidos aos alunos um bolo salgado e um bolo doce, iguais aos servidos na sala de lanche das sessões do Tribunal. Em 2011, considerando-se a intenção da Comissão de Responsabilidade Socioeconômica e Ambiental em estender o programa a outros públicos e também o fato de não haver adolescente no PETI em idade adequada para participar do curso naquele ano, foi celebrado termo de parceria com a Universidade Livre para a Eficiência Humana (UNILEHU). A parceria visava ministrar curso a alunos com deficiência auditiva, entretanto, a turma de alunos surdos só pode iniciar suas aulas no mês de agosto, pois não havia sala de treinamento disponível. A solução para esse impasse foi a preparação de um laboratório de informática nas antigas instalações dos plenarinhos. As aulas então tiveram início na sobreloja da Vicente Machado nº 147, porém com menos de um mês do início do curso, recebeu-se a notícia de que naquele espaço começariam as reformas para receber as futuras instalações da Escola Judicial. Por essa razão, foi necessário, vez mais, readequar o espaço para a realização das aulas. Os treinamentos do Juriscalc, software para cálculos jurídicos, foram remanejados para uso conjunto da sala destinada para aquela capacitação, localizada na Vicente Machado nº 400. Ainda em 2011 e 2012, o programa foi realizado no Fórum Trabalhista de Maringá: foi a primeira turma de inclusão digital do TRT no interior. Os formandos foram 07 prestadores de

serviços terceirizados daquele Fórum. Foram realizados 04 módulos: Hardware, Word, Excel e Internet e Windows. O curso foi composto por 13 dias de aulas, com duas horas de duração cada, totalizando 26 horas/aulas. No início de 2013, recebeu-se a notícia de que a Escola Judicial não teria como atender a demanda do projeto de inclusão digital, em virtude do cronograma de atividades de capacitação para o ano e em razão, ainda, de que a sala de aula da VM 400 seria desativada, ficando sob a responsabilidade do Fórum Trabalhista de Curitiba. Por este fato as aulas de inclusão digital foram realizadas na Procuradoria Regional do Trabalho. Assim, a edição de 2013 do Programa ofereceu, em parceria com a Unilehu e com o Ministério Público do Trabalho, curso de capacitação básica em informática e aulas com temas de cidadania. Os assuntos relacionados à Justiça do Trabalho foram abordados com o conteúdo apresentado na “Cartilha do Trabalhador” (material didático utilizado no Programa Trabalho, Justiça e Cidadania). Os alunos receberam noções básicas de informática, windows, internet, correspondências eletrônicas e word. Além disso, foram informados sobre temas atinentes à cidadania, acessibilidade e informações concernentes a estruturas e atividades sindicais, estas últimas honrosamente ministradas pelo Desembargador Luiz Eduardo Gunther. No ano de 2013, o projeto contou com a participação de 10 alunos com alguma deficiência, encaminhados pela Unilehu. As aulas foram ministradas por servidores do TRT-PR, que gentilmente colocaram à disposição do curso seu tempo e conhecimento, realizando essa atividade em caráter voluntário. O curso, com carga horária de 40 horas, aconteceu entre as datas de 04/03/2013 a 16/05/2013, com duas aulas por semana, às terças e quintas feiras. A segunda turma de 2013 foi destinada aos alunos do PETI. Ao final, 11 alunos formaram-se no curso e àquele que obteve a maior nota foi oferecido microcomputador. O equipamento foi oferecido pela Desembargadora do Trabalho Ana Carolina Zaina. Nesta edição do programa, ocorreu uma pontual dificuldade em obter voluntariado no TRT PR. Em 2014, observou-se o aumento significativo do número de voluntários, foram 27 voluntários na 1ª turma e 29 voluntários na 2ª turma. No primeiro semestre de 2015, foi realizada a 13ª turma do curso, cujo público alvo foram os alunos do PETI de Almirante Tamandaré e terceirizados do TRT PR. Em onze anos, já foram realizadas treze turmas, sendo duas em Maringá e onze em Curitiba, com diferentes públicos (adolescentes atendidos pelo programa de erradicação do trabalho infantil, pessoas com deficiência e prestadores de serviço terceirizado), resultando em 162 formandos. Ressaltando que todas 42 horas-aulas do curso são ministradas por voluntários, magistrados, servidores ativos e aposentados do Tribunal, num total de vinte e cinco voluntários por ano.

Principais objetivos da prática: • Levar conhecimento na área da informática e de cidadania às crianças e adolescentes que vivem em risco social, prestadores de serviços terceirizados do TRT-PR e pessoas com deficiência;

- Qualificar o público alvo para o mercado de trabalho;
- Oportunizar o envolvimento dos magistrados e servidores do TRT-PR com a comunidade, promover maior participação destes nas ações sociais realizadas por esta Corte.

Colaboradores: 25

Comunidade: 163

Resultados obtidos: Em onze anos concluíram o curso 163 pessoas: adolescentes atendidos pelo programa de erradicação do trabalho infantil, pessoas com deficiência e prestadores de serviço terceirizados.

Período de operacionalização da prática: De 2005 até o momento atual.

Nome da indústria/empresa/instituição: Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região

